

COMPETÊNCIA LEITORA E POLÍTICAS PÚBLICAS: POSSIBILIDADES

Keila da Silva Santos Rodrigues

Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal da Educação

keila12keila@gmail.com

Ailton Conde Jussani

MBA Gestão Empresarial na Fundação Instituto de Administração - FIA

ailtoncj@uol.com.br

Resumo: A qualidade da educação brasileira tem sido avaliada por diversos indicadores externos e internos apontando nossas fragilidades, dentre elas a pouca competência em leitura e fazendo-se necessária ações governamentais com políticas públicas. Por exemplo, a análise do desempenho dos alunos brasileiros no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes-PISA de 2003 até 2012 mostram uma melhora significativa, contudo, mesmo com esse avanço, a educação brasileira encontra-se distante da pontuação média desejada. A presente pesquisa descritiva utiliza como ferramenta a análise das principais referências sobre o tema publicados no Scielo entre 2006 e 2015, bem como dados oficiais nacionais e internacionais e programas já implementados no Brasil. Os resultados de estudos relatados na literatura mostram que o baixo índice de leitura ocorre apenas no âmbito educacional, mas estende-se à sociedade brasileira. Após comparações entre estudos e programas sobre a leitura e sua importância na construção da cidadania, fica evidente que programas individuais podem surtir efeitos positivos com abrangência local, mas por meio de iniciativas governamentais são efetivados de forma mais concreta e ampla. Destaca-se que a competência leitora é de fundamental importância para a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade e contribui para melhoria da educação no Brasil.

Palavras-chave: Qualidade da Educação; Leitura; Políticas Públicas; Educação Básica; indicadores (PISA)

Abstract: Several external and internal indicators pointing out our weaknesses have evaluated the quality of Brazilian education. Among them, one of the most important is the lack of reading competence and the need for governmental actions with Public policies to foster it. For example, the analysis of the performance of Brazilian students in Programme for International Student Assessment - PISA from 2003 to 2012 shows a significant improvement, however, even with this advance, Brazilian education still far from the average score desired. The present descriptive research uses as a tool the analysis of the main references on the subject published in Scielo between 2006 and 2015, as well as official national and international data and programs already implemented in Brazil. The results of studies reported in the literature showed that the low reading rate occurs in not only the educational scope, but also it extends to the Brazilian society. After comparisons between studies and programs on reading and its importance in the construction of citizenship, it is evident that individual programs can have positive effects with local scope, but through government, initiatives are implemented in a more concrete and broad. It should be noted that

reading competence is of fundamental importance for the formation of critical and active citizens in society and contributes to the improvement of education in Brazil.

Keywords: Quality of Education; Reading; Public policy; Basic education; indicators (PISA)

INTRODUÇÃO

A qualidade da educação brasileira tem sido avaliada por diversos indicadores externos, sendo um dos principais deles o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). A cada três anos, estudantes de 15 anos de diversos países são submetidos a essa avaliação com temas nas disciplinas de matemática, ciências e leitura.

A divulgação dos dados dessa avaliação realizada no ano de 2012 mostrou o quanto à educação no Brasil ainda precisa melhorar, pois países com nível econômico igual ou até mesmo inferior ao Brasil tem se saído melhor.

Surge então a primeira questão: Por que os alunos brasileiros ainda não conseguiram alcançar notas médias em avaliações como o PISA?

Soares (2015) ao discorrer sobre o instrumento de aferição do conhecimento na escola (avaliação interna) e fora dela (a avaliação externa) elucida que a principal competência que se quer avaliar nas avaliações externas é a competência leitora, pois para que o estudante consiga resolver as questões propostas, em qualquer área do conhecimento, é necessário que ele tenha competência leitora. Conceitua competência como “a capacidade de executar, com sucesso, tarefas”. Complementa, “tudo o que você vai fazer na vida depende de sua capacidade de ler textos, extrair significado deles”. (SOARES, 2015, p.08)

Corroborando ainda com os resultados apresentado no PISA há outros estudos sobre a situação da leitura no Brasil, sendo o mais recente e de âmbito nacional a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil - RLB, revelou algumas barreiras a serem enfrentadas para que o interesse da leitura no Brasil seja ampliado. Deste modo evidencia-se a necessidade de programas de incentivos a leitura nas escolas públicas de modo a propiciar o desenvolvimento da competência leitora nos alunos.

Mais da metade dos brasileiros (60%) que foram submetidos a uma pesquisa sobre leitura no Brasil no ano de 2012, reconheceram a importância dessa prática na vida do cidadão brasileiro, mas não conseguem ler mais do que dois livros completo durante um ano.

Como estimular a leitura e desenvolver a competência leitora nos alunos brasileiros que de acordo com o PISA (2012) encontram-se com um baixo desempenho na compreensão leitora?

A pesquisa anteriormente citada, RLB (2012); realizada pelo Instituto Pró-Livro, avaliou o comportamento dos leitores brasileiros, revelando que a média de leitura de um brasileiro, por ano, é de 04 livros, mas apenas 2,1 são lidos por completo.

Segundo dados do Ministério da Educação de dezembro de 2014 (INEP, 2015) mostraram que a cada quatro estudantes da rede pública de ensino, um encontra-se no nível muito baixo de leitura. Outra fonte que nos apresenta o mesmo quadro crítico é o PISA (2012), pois o baixo desempenho dos alunos brasileiros nesse programa de avaliação revela a urgente necessidade de se investir em políticas públicas de incentivo à leitura.

De acordo com Brito (2010) a leitura na formação social de um indivíduo é relevante, pois por meio dela cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade são construídos na medida em que conseguem compreender e ressignificar o mundo a partir das vozes que se manifestam na sociedade. E para se reconhecer e atribuir sentido a essas vozes é necessário ler, mas não a leitura de decifrar palavras, significados apenas, mas ir além disso, complementa esclarecendo que ler é reformular significados quantas vezes forem necessárias a partir do encontro entre novas ideias e opiniões e conclui que é nos textos e por meio deles que pode-se adquirir a competência de refletir criativamente, um tipo de saber cada vez mais singular na contemporaneidade, ressaltando “é na Literatura que o homem por meio da palavra e de sua capacidade criadora, recorta parte da realidade, cria o texto por meio do qual manifesta seu discurso.” (Brito, 2010, p.02),

A presente pesquisa descritiva utiliza como ferramenta a análise das principais referências sobre o tema publicados no Scielo entre 2006 e 2015, bem como dados oficiais nacionais e internacionais e programas já implementados no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

Sabe-se que a leitura como prática social é primordial para a construção de cidadãos críticos e autônomos. Partindo de estudos sobre a situação da leitura no Brasil por meio de dados da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, analisando o nível de proficiência em leitura dos alunos brasileiros de acordo com os dados do PISA (2012) e diversos artigos que revelam

a importância da leitura e a sua contribuição na vida dos alunos desde a Educação Infantil à Universidade, já que, segundo estudos, cada vez mais os alunos ingressam no ensino superior com indícios de analfabetismo funcional, caminharemos ao encontro de programas de incentivo à leitura e como poderiam ser tomados como exemplo para serem implementados nas escolas de educação básica com o aporte de políticas públicas.

Perissé (1998) afirma que ler é necessário, enriquecedor e imprescindível. Observa que muitos leitores brasileiros, por consciência de terem nascido em um país como o Brasil no qual as pessoas “leem muito pouco, falam mal e escrevem pior ainda” gostariam de ler mais e melhor.

Brito (2010) ao descrever um pouco sobre a trajetória da leitura no Brasil retoma essa prática na Grécia antiga para ressaltar que a leitura e a escrita eram restritas somente aos nobres ou privilegiados (filósofos e aristocratas) e que na Alta Idade Média apenas uma minoria da população eram alfabetizadas, tendo a Igreja total domínio sobre as formas de comunicação, e “a partir deste momento a leitura, passa a ter caráter religioso, restringindo o ensino somente para aqueles que seguiriam a vocação religiosa.” (p.6). O autor observa ainda que mesmo para os que tinham o privilégio de ler, o acesso aos livros era muito difícil e somente no século XI é que a Igreja foi perdendo a influência sobre a leitura e o ensino, devido ao crescimento do comércio e o aumento da zona urbana, as pessoas sentiam necessidade de instrução, ou seja, ler para saber negociar, surgindo assim as primeiras escolas públicas.

Tanto Brito (2010) quanto Perissé (1998) concordam que a escola possui um papel predominante na formação do leitor brasileiro e no desinteresse pelo livro também. Para Perissé (1998) a raiz do acentuado desinteresse pelo livro em nossa sociedade encontra-se na educação familiar e na educação escolar, o que podemos observar na pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2012) que constatou a importância da família como um dos incentivadores à leitura e a figura feminina como a principal fonte de exemplo e estímulo. Já no âmbito escolar o professor é sem dúvida o protagonista na questão do incentivo.

Enquanto Brito (2010) observa que é na família que a criança tem seus primeiros contatos com a leitura, porém com a ausência dos pais cada vez mais acentuada por causa do trabalho, a criança acaba não desenvolvendo comportamento leitor e restando à escola esse papel de acesso aos livros, ao mundo da literatura e o estímulo ao hábito da leitura.

Para Perissé (1998) tanto a família quanto a escola cometem alguns equívocos ao procurarem incentivar os filhos e os alunos ao hábito da leitura e cita como exemplo quando

os professores obrigam os alunos a lerem obras como *Iaiá Garcia* de Machado de Assis, ou outro livro que seja “imposto a todos que leiam o mesmo livro e, na prova, respondam quase da mesma forma” (p.07). Acrescenta que deste modo consegue-se o efeito contrário, tornamos o ato de ler em um dever desagradável, irritante e o livro num símbolo do constrangimento, da cobrança e do fracasso. Nesse sentido, Brito (2010) observa, segundo dados de pesquisas que, atualmente, embora a escola esteja como o ponto central na divulgação da leitura/literatura, não consegue desenvolver comportamento leitor nos alunos, pois fixa seus esforços na alfabetização e não “desenvolve as condutas necessárias para construir um leitor” (BRITO, 2010, p.10).

Já Perissé (1998) alerta que embora o professor trabalhe com boa vontade no anseio de conscientizar os estudantes que a leitura é algo importante para a vida e um grande passo para um indivíduo tornar-se socialmente saudável e um profissional mais pleno em qualquer área, não se tem obtido êxito nesse trabalho. E avança questionando: Por que vale a pena adquirir o hábito de ler? A primeira resposta que ele nos oferece é que os livros fornecem considerável quantidade de material intelectual e emocional, ironiza que as ideias e os sentimentos não caem do céu nem brotam no jardim. Complementa que ler é alimentar-se espiritualmente, é adquirir aquela inquietação e convicções interiores, “a indescritível riqueza íntima de quem está atento à vida, de quem carrega consigo a vontade de conhecer e amar infinitamente” (PERISSÉ, 1998,p.08).Mesmo acrescentando tanto à vida das pessoas, Perissé ressalta que os livros são importantes, mas não o único meio para que o indivíduo adquira cultura humanista, mas que é preciso conviver com pessoas que saibam conversar, dialogar para que exercitemos o raciocínio e nossa capacidade de entendimento seja potencializada. Sabe-se que para chegar a um nível de diálogo enriquecedor para a vida das pessoas é necessário ter repertório que só é alcançado por meio da leitura.

Eis então a questão da importância da leitura, pois reflete diretamente na área educacional, o que podemos verificar nos resultados do PISA 2012. O Brasil, embora não seja integrante da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) faz parte de uma estratégia chamada *enhanced engagement* (envolvimento ampliado) que propicia o estabelecimento de vínculo com países emergentes, ou seja, aqueles que ainda não preenchem os requisitos protocolares para fazer parte da organização - Rússia, China, África do Sul, Indonésia e Brasil. Sendo um dos resultados desse envolvimento, no campo educacional, a inclusão do Brasil a partir do ano de 2000 no PISA. No Brasil, a instituição

responsável pela implementação desse programa é o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) autarquia do MEC (DAROS JÚNIOR, 2013).

O PISA é um programa de avaliação em larga escala, trienal, no qual jovens de 15 anos são submetidos a testes com questões de múltipla escolha nas áreas de matemática, ciências e leitura. O objetivo principal é fornecer a todos os países envolvidos, "indicadores de desempenho estudantil voltados para as políticas educacionais, fornecendo orientações, incentivos e instrumentos para melhorar a efetividade da educação além de possibilitar a comparação internacional." (DAROS JÚNIOR, 2013, p.16).

De acordo com Carvalho (2009) o Programa PISA possui características que o distingue de outros instrumentos de avaliação em larga escala como: a garantia da periodicidade (trienal); a estrutura modular que possibilita maior flexibilidade na aplicação e a devolução dos dados coletados, observa ainda um fator preponderante, o modo regular das medições e da devolução dos dados gerados - aliada à amplitude da cobertura geográfica conseguida pelo Programa – “constitui um dos principais trunfos exibidos pelo PISA, na medida em que permite realçar a sua capacidade de monitorização dos sistemas educativos.” (CARVALHO, 2009, p.1014).

O mesmo autor observa ainda que segundo a OCDE *et al*, o PISA por envolver mais de 60 países consegue avaliar mais de um milhão de estudantes, essa quantidade representa uma terça parte da "população estudantil existente em todo o mundo e cobrindo 90% da economia mundial" (CARVALHO, 2009, p.1014).

Diante do exposto justifica-se a escolha desse programa como instrumento de avaliação de grande confiabilidade para aferir a competência leitora dos alunos brasileiros neste trabalho.

A divulgação recente dos dados do PISA realizado no ano de 2012 mostrou o quanto à educação no Brasil ainda precisa melhorar, pois países com nível econômico igual ou até mesmo inferior ao Brasil tem se saído melhor. Segundo o relatório do PISA (2013) ao se comparar a participação dos alunos brasileiros no PISA desde 2003 até 2012 percebe-se que o Brasil obteve uma melhora significativa (Tabela 1), se levar em conta o tanto de esforço que se empreende para cada ponto acrescido, o Brasil saiu de 356 pontos em 2003 para 391 em 2012. Entretanto, esses resultados revelam que mesmo com esse avanço a educação brasileira encontra-se distante da pontuação média desejada e no 58º lugar entre 65 países participantes. (OECD, 2013).

Tabela 1. Resultados brasileiros nas edições do PISA e número de participantes

	Pisa 2000	Pisa 2003	Pisa 2006	Pisa 2009	Pisa 2012
Participantes	4.893	4.452	9.295	20.127	18.589
Leitura	396	403	393	412	410
Matemática	334	356	370	386	391
Ciências	375	390	390	405	405
Médias das áreas	368	383	384	401	402
Média OCDE	500	497	497	500	498

Fonte: OCDE, 2012

Deste modo observa-se que o país está progredindo, porém o que preocupa é a velocidade desse avanço, percebe-se que o ritmo é muito lento e acredita-se que para se acelerar é necessária ação governamental com políticas públicas que consigam incentivar a leitura e por meio dela alcançar a tão sonhada educação de qualidade.

Como se pode observar na tabela 2, os estudantes somaram 410 pontos em leitura, dois a menos do que a sua pontuação na última avaliação e em 2009, ficando ainda 86 pontos abaixo da média dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Outro dado revelado é que 60% dos pesquisados consideram a leitura uma importante fonte de conhecimento, mas embora tenham consciência disso, além de lerem pouco, a pesquisa mostrou ainda que houve uma queda no índice de leitura se comparado ao último levantamento realizado no ano de 2007.

Ao se verificar as condições dos leitores brasileiros por meio do estudo Retratos da Leitura no Brasil- RLB e as condições dos alunos brasileiros na avaliação do PISA, ambas demonstrando a urgente necessidade de investimento em políticas públicas que incentivem a leitura, partiu-se em busca de um programa que evidenciasse a importância e resultados positivos no investimento na área da leitura.

Dentre muitos programas disponíveis na literatura, foi selecionado para análise mais aprofundada um que teve como objetivo propiciar transformação nas condições sociais vividas por crianças em situação de exclusão escolar. O estudo realizado pelas pesquisadoras Rocha e Figueiredo (2007) ocorreu entre 1999 e 2001, na cidade brasileira de Campina Grande – Paraíba onde foram selecionadas 24 crianças remanescentes (CR) de idade entre 7 e

14 anos. Essas crianças eram alunos com experiências de insucesso escolar, por não saberem ler, além de a maioria apresentarem problema de indisciplina no ambiente escolar, distorção na idade-série, algum grau e/ou tipo de deficiência e envolvimento em práticas marginalizadoras na família e escola. Segundo as pesquisadoras esses alunos eram caracterizados como “população descartável, porque são considerados improdutivos para o sistema vigente.” (ROCHA; FIGUEIREDO, 2007, p.247)

Com o objetivo de intervir diretamente nas condições intra-escolares de apropriação da leitura, Rocha e Figueiredo (2007), sobre aspectos pedagógicos, desenvolveram uma investigação apoiadas em estudos que encorajavam o desenvolvimento de pesquisas sobre “o ensino da leitura como ato coletivo” e analisavam a interação entre as crianças, seus pais e a leitura de histórias na escola.

Já na perspectiva política a pesquisa baseou-se em estudos que defendiam a luta pela democratização da educação por meio de ações das instituições públicas ” a partir do estabelecimento de parcerias entre sociedade civil e instituições estatais, na tomada e execução de decisões” (p.247), sendo este motivo a razão pela qual escolheram a comunidade como “recurso humano para o ensino.”

O desenvolvimento do programa consistia em interações entre CR e leitores da comunidade (LC) faixa etária de 11 a 50 anos que, em duplas, realizariam na escola três sessões semanais de leitura.

Após as várias etapas de leitura e as diversas atividades desenvolvidas ao longo dos três anos do programa, que propiciaram aos alunos a aquisição de estratégias de leitura e consequentemente o letramento e a alfabetização, evidenciou-se o papel pedagógico do Programa na transformação das condições sociais de apropriação da leitura e teve desdobramento na área afetiva dos educandos, pois a participação dos alunos na pesquisa permitiu não apenas que fossem desenvolvidas estratégias de leitura, mas acima de tudo criou-se condições para que eles se apropriassem de outros conhecimentos que podem ser entendidos como estratégias de inserção escolar, por se constituírem como instrumentos que lhes auxiliavam na compreensão “da sua condição de remanescente, nos contextos escolar e familiar. Os diversos tipos de estratégias originárias desses conhecimentos foram identificados como (meta) cognitivos, sociais, culturais e afetivos”. (ROCHA; FIGUEIREDO, 2007, p.249).

Ao se analisar os resultados deste programa, percebe-se que as ações coletivas e planejadas trouxeram resultados relevantes para a vida dos alunos daquela comunidade

carente e desprestigiada. Ao tomar esse programa de leitura como exemplo bem-sucedido, podemos adequá-lo para ser implementado nas escolas públicas brasileiras de modo a incentivar e fomentar a leitura não apenas dos alunos, mas envolvimento com a família o que se tem mostrado de fundamental importância na construção de leitores.

Após levantamento do perfil do leitor e do não leitor brasileiro, suas preferências e o acesso deles aos livros, a pesquisa RLB (2012) mostrou as barreiras pelas quais o crescimento da leitura no Brasil tem encontrado pelo caminho e aponta um possível meio de começar a superá-las: por meio de políticas públicas.

De acordo com Ruas (2012) as políticas públicas, em diversas áreas, podem afetar a nossa vida tanto profissional quanto como cidadão, pois ao vivermos em sociedade manifestamos nossas diferenças e justamente isso é que define a convivência social: a diferenciação. Segundo Ruas essa diferenciação se dá nos aspectos da vida e nos atributos pessoais como a idade, o sexo, a religião, escolaridade etc. se estendendo às suas ideias, valores e diferentes interesses, por desempenharem “papéis diferentes no decorrer da sua existência. Por serem diferentes, os indivíduos trarão contribuições múltiplas e específicas à vida coletiva: habilidades, talentos, oferta de serviços, demandas etc. (p.12).

Essa convivência social exige ações governamentais que contemplem as demandas e supram as necessidades de acordo com seus atores envolvidos, suas especificidades e interesses como na área da saúde, serviço social, educação e etc. Segundo Ruas (2012) interesse é “qualquer valor considerado importante, útil ou vantajoso, moral, social ou materialmente. Os interesses podem resultar de necessidades materiais ou ideais” (RUAS, 2012, p.13). A partir desse conceito verifica-se o interesse da área da educação no quesito leitura devido sua importância na vida do estudante em formação e sua influência na vida do cidadão crítico e atuante socialmente que se pretende formar ao passar pela educação escolar. Para satisfazer esse interesse da área da educação percebe-se que são necessárias políticas públicas de incentivo à prática da leitura, pois a leitura praticada e oferecida pela família e pela escola não tem conseguido despertar o interesse pela mesma.

Um programa já implementado no Brasil é o PROLER (Programa Nacional de Incentivo à Leitura), que surgiu em 1992 e foi institucionalizado por meio do Decreto nº 519 de 13 de maio, cujo objetivo era a formação de leitores nos espaços sociais, vinculado a uma política de leitura busca “qualificar as relações sociais mediante a formação de leitores conscientes e críticos dentro do seu contexto social.” (ROSA; ODDONE, 2007, p.191).

Silveira (2010) em seu estudo de análise comparativa e interpretativa do mesmo programa PROLER em Portugal e no Brasil, evidencia que em ambos os países o que há de comum entre eles é que "constroem verdades e consagram a leitura como dispositivo capaz de redimir sujeitos e países das dimensões negativas em que estão mergulhados." (SILVEIRA, 2010, p. 118)

Embora Silveira tenha evidenciado a importância de Programas como o PROLER na promoção da leitura e sua capacidade de transformação social, Rosa e Oddone (2006) demonstravam que ao se analisar as políticas públicas de incentivo ao livro e à leitura, pouco se têm avançado na efetivação desses programas.

Os resultados relatados no estudo Retratos da leitura no Brasil, ratificam o relatório do PISA (2013), quando revelam que o baixo índice de leitura não é apenas uma circunstância observada no âmbito educacional, mas estende-se à sociedade brasileira.

A pesquisa RLB ao fazer o levantamento do perfil do leitor brasileiro revela que 48% são do sexo masculino e 52% do feminino. Mas o dado que chama mais atenção para este trabalho é que ao separarem uma amostra um grupo com o mesmo perfil - população acima de 15 anos com no mínimo 3 anos de escolaridade, que leu pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses.

Tabela 2 - Comparação 2000-2007-2011

Pesquisa 2011	71,9 milhões de leitores	3,1 livros/ano
Pesquisa 2007	66,5 milhões de leitores	3,1 livros/ano
Pesquisa 2000	26 milhões de leitores	3,1 livros/ano

Fonte: (RLB, 2013, p.45)

Verifica-se na tabela 3 que do ano 2000 quando foi feita a primeira pesquisa até 2011 houve um aumento considerável de leitores, mas não na quantidade de livros lidos por eles.

O que vem ao encontro dos dados do PISA, pois justamente nesse período também obteve um avanço significativo dos alunos na avaliação do PISA, demonstrando clara relação entre leitura e êxito nos estudos.

Sabe-se que para irmos além de dados quantitativos com relação ao índice de leitores no Brasil é necessário investimento por meio de políticas públicas que promovam a leitura e facilitem o acesso ao livro desde a educação infantil à universidade, pois geralmente as iniciativas por parte de programas governamentais só alcançam a educação básica, deixando

de fora o ensino superior como observam Rosa e Oddone (2007) para as autoras a realidade do estudante universitário é de baixa frequência nas bibliotecas e poucos, embora vivam na sociedade da informação, o acesso a essa informação está abaixo do desejável, não sabem pesquisar em portais confiáveis.

Com relação ao ensino superior, embora não seja objeto de análise neste presente trabalho faz-se necessário observar, a título de dimensão que o problema da falta da competência leitora alcança, permanecendo até nos estudantes universitários, pois verificou-se que mesmo nesse nível de ensino, a leitura está aquém do desejado como demonstra o estudo de Nascimento, Nossa e Balassiano (2013). Os resultados do estudo *O Analfabetismo Funcional e a Contabilidade* indicaram que 40% da amostra de alunos concluintes do curso de ciências Contábeis no Estado do Espírito Santo apresentou indícios de analfabetismo funcional, aquele no qual o indivíduo não consegue compreender o que lê. Os autores, diante desses resultados, ressaltam o quanto o analfabetismo funcional pode impactar negativamente minimizando o aprendizado e até mesmo no mercado de trabalho, pois a não compreensão do que foi lido, pode gerar uma baixa qualidade na informação dificultando a tomada de decisão precisa e necessária para resolver os problemas que se apresentarem no cotidiano da sua função.

Por fim, observa-se que uma porcentagem considerável de profissionais com curso de nível superior, submetidos a testes para verificar a competência leitora, se demonstraram incapazes de satisfazer a demanda de leitura, comunicação e domínio de operações matemáticas.

Após comparações entre estudos e programas sobre a leitura e sua importância na construção de um cidadão humano-histórico, as evidências sugerem que programas como o PROLER, devem ser incentivados e ganhar maior visibilidade, pois desde que foi implementado vem empreendendo esforços para consolidar no país uma política pública de Estado, com o objetivo de viabilizar a leitura e a escrita como práticas sociais visíveis, necessárias e prazerosas para todos os brasileiros, deste modo o programa concebe a leitura e a escrita como "atos problematizadores, indutores de uma práxis transformadora, construída pela via da compreensão e da interpretação." (PROLER, 2015).

Os resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Pró-Livro, com apoio de outras entidades como a Abrelivos, CBL, SNEI e editoras associadas cujo objetivo foi avaliar o comportamento dos leitores brasileiros, além disso, foram obtidos dados secundários, pois se

verificou que o comportamento leitor consegue refletir no cenário social, cultural e da educação na sociedade brasileira.

O estudo foi fundamental para orientar a formulação e a avaliação de políticas públicas, planos e programas de governo e até mesmo ações desenvolvidas por organizações do terceiro setor com intuito de democratizar o acesso ao livro e fomentar a leitura. O universo da pesquisa foi a população brasileira residente, com cinco anos ou mais, alfabetizados ou não, durante os meses de junho a julho de 2011. Resultando no retrato das principais mudanças no comportamento leitor por região, de acordo com o perfil dos leitores.

A análise do resultado da avaliação externa PISA do ano de 2012 revela o baixo índice de compreensão leitora dos alunos brasileiros com idade de 15 anos em relação aos demais países que participam desse instrumento que procura aferir se os alunos com essa idade já possuem os requisitos educacionais básicos para que garantam seu prosseguimento na vida adulta com reais chances de se constituírem cidadão críticos e atuantes. Segundo o *Relatório Nacional Pisa 2012- Resultados brasileiros*, embora o Brasil tenha sido o país que obteve o maior avanço nas últimas edições, ainda encontra-se, em termo educacional, muito distante do nível desejado pela sociedade, “que destaca a educação como o alicerce mais estável da competitividade econômica e da superação das desigualdades sociais e regionais”. (PISA, 2012, p.7).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após comparações entre estudos e programas sobre a leitura e sua importância na construção de um cidadão humano-histórico, as evidências sugerem que programas, devem ser incentivados e ganhar maior visibilidade, e esforços devem ser empreendidos para se consolidar no país uma política pública que viabilize a leitura e consequentemente a escrita como práticas sociais acessíveis e gratificantes. Por outro lado, ao se observar os resultados do programa de leitura com os alunos da escola pública em Campina Grande na Paraíba perceberam-se que as estratégias de leitura além de incentivá-los a lerem mais e melhor, alguns até então nem ler sabiam, embora estivessem frequentando a escola, mas acima de tudo condição foram criadas para que eles se apropriassem de outros conhecimentos, extrapolando o alcance da construção de comportamento leitor, e a inserção escolar dos mesmos. O programa propiciou a alteração nas relações afetivas dos familiares das crianças

envolvidas e conseqüentemente dos próprios alunos consigo mesmos, pois começaram a se reconhecerem como sujeitos das suas histórias de vida.

Por fim, sabe-se que programas individuais podem surtir efeitos positivos, mas de pequeno alcance. Deste modo percebe-se que por meio de iniciativas governamentais é que programas podem ser subsidiados e efetivados de forma mais concreta e ampla, produzindo resultados que contribuam para a construção de comportamento leitor nos alunos, que tornar-se-ão leitores mais proficientes, com (competência leitora) de fundamental importância para a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade e na busca pela melhoria da qualidade social da educação brasileira.

Como limitação ao presente estudo, cita-se a não possibilidade de incluirmos mais exemplos de projetos que obtiveram êxito e que contribuiriam para uma análise mais aprofundada e elucidativa do tema.

Com a amplitude e a relevância do tema, faz-se necessário que estudos nas diversas etapas do ensino sejam realizados, desde a educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, passando pelo ensino fundamental e o ensino médio, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, e avancem ao ensino superior, diagnosticando e ajudando a superar as implicações da falta da competência leitora nos estudantes que concluem a Educação Básica e entram nas universidades evidenciando um comportamento leitor ainda abaixo do nível adequado para a etapa do ensino na qual chegaram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, J. D., MARTINS, S., & JANIAL, M. A. P. (2011). A importância da leitura na qualidade do Ensino. *Revista Saber Acadêmico*. 12 junho. Recuperado em 20 setembro de 2015, de http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180403115208.pdf.
- BELINTANE, C. (2006). Leitura e alfabetização no Brasil: uma busca para além da polarização. *Educação E Pesquisa*, 32(2), 261–277.
- BELINTANE, C. (2010). Oralidade, alfabetização e leitura: enfrentando diferenças e complexidades na escola pública. *Educação E Pesquisa*, 36(3), 685–703.
- BRITO, D. S. (2010). A importância da leitura na formação social do indivíduo. *Revela Periódico de Divulgação Científica da FALS*, 4(8), 1-35.

- CARVALHO, L. M. (2009). Governando a educação pelo espelho do perito: uma análise do PISA como instrumento de regulação. *Educação & Sociedade*, Campinas, 30(109), 1009-1036. Recuperado em 20 setembro de 2015, de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313699005>.
- COOPER, D.; SCHINDLER, P. S. (2011). *Métodos de pesquisa em administração*. 10. ed. Porto Alegre: Bookman.
- DAROS JÚNIOR, A. (2013). A presença da OCDE no Brasil no contexto da avaliação Educacional. *Jornal de Políticas Educacionais*, 7(13), 13–20.
- INEP (2012). Relatório Nacional PISA 2012: Resultados brasileiros. Recuperado em 20 setembro de 2015, de http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2014/relatorionacional_pisa_2012.
- INSTITUTO PRÓ-LIVRO. (2012) *Retratos da Leitura no Brasil*. São Paulo 3ª Ed. da pesquisa. Disponível em: <<http://prolivro.org.br/home/index.php/atuacao>>. Acesso em: 20 ago 2015.
- GIL, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas,
- GODOY, A. S. (1995) Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. 35(2), 57-63, mar./abr.
- GONÇALVES, M. de L. B. (2014). Sociologia da leitura – uma abordagem teórica Em busca do público leitor. *Revista UNIFAMMA*, 12(2), 68-89.
- GONTIJO, C. M. M. (2012). Avaliação da alfabetização: Provinha Brasil. *Educação E Pesquisa*, 38(3), 603–622.
- MARANHÃO, C. de A., & MOTTA, F. M. de V. (2007). “A importância do ato de ler”: leituras Críticas na formação do administrador. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa - RECADM*, 6(2), 1–14.
- MAZZA, D. (2013). Por uma sociologia da leitura. *Educação & Sociedade*, 34(123), 621–624.
- NASCIMENTO, J. C. H. B., NOSSA, V., & BALASSIANO, M. (2014). O Analfabetismo Funcional e a Contabilidade: Um Estudo Exploratório com Alunos Concluintes da Graduação das Instituições de Ensino Superior do Estado do Espírito Santo. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 8(3), 37-54.

- ROCHA, S. R. M., & FIGUEIREDO, R. V. (2007). A influência de um programa de leitura na transformação das condições sociais de aprendizagem na escola. *Diálogo Educacional*, 7, 245–258.
- ROSA, F. G. M. G., & ODDONE, N. (2007). Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação E Biblioteconomia* (online), 2(1). Recuperado em 20 setembro de 2015, de <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1124/1265>.
- SAWAYA, S. M. (2008). Leitura, práticas escolares e a reforma da alfabetização no Brasil. *Revista Iberoamericana de Educación*, (46), 55–70.
- SILVA, R. J. (2009). Leitura, biblioteca e política de formação de leitores no Brasil. *Brazilian Journal of Information Science*, 3(2), 75-92.
- SILVEIRA, R. M. H. (2010). A leitura e seus poderes: um olhar sobre dois programas nacionais de incentivo à leitura. *Educar Em Revista*, (spe2), 103–120.
- SOARES, F.J. (2015) Currículo e avaliação: diálogo necessário. *Revista Magistério*, nº 4. São Paulo: DOT/SME.
- PERISSÉ, G. (1998). *Ler, pensar e escrever*. São Paulo: Arte Ciência. 3 ed, 1998.
- PROLER (2010) Documento Final do XV Encontro Nacional do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER - Recuperado em 15 outubro de 2015, de <http://proler.bn.br/documentofinal.htm>.
- RUAS, M.G. (2012). Políticas públicas. UFSC. Florianópolis: Departamento Especialização – Módulo Básico. Recuperado em 10 maio de 2014, de https://gpm.uab.unifesp.br/pluginfile.php/4334/mod_resource/content/2/Políticas%20Públicas%20GPM%202%20Edicao%20Nacional%20Miolo%20Online.pdf.
- ZANELLA, L.C.H. (2012). *Metodologia de estudo e de pesquisa em administração*. Hermes. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

Recebido 02/02/2018
Aprovado 06/07/2018